

CAPEPINATO: IDEOLOGIA E POLÍTICA

PEASANTRY: IDEOLOGY AND POLITICS

Maria das Graças Campolina Cunha

Universidade Estadual de Montes Claros

gracapira@yahoo.com.br

RESUMO

Neste artigo, procurei compreender como o conceito de campesinato é politicamente utilizado e reinterpretado ao longo dos tempos no Brasil. Para isto, realizei uma revisão dos estudos das diversas áreas das ciências sociais sobre este modo de vida a partir da década de 1970. Busquei compreender as formas como se reproduzem no campesinato as esferas fundantes desta categoria. Em seguida, subsidiei-me dos estudos mais recentes que apontam as novas categorias políticas que surgem, trazendo consigo novos discursos, são eles: agricultura familiar e populações, povos ou comunidades tradicionais. As discussões realizadas apontam a permanência das sociedades camponesas na contemporaneidade. Ao mesmo tempo em que criam estratégias de reprodução social, elas se fortalecem no campo das lutas políticas e permanecem reproduzindo modos de vida baseados na reciprocidade e no interconhecimento; se reconhecem como pertencentes a um grupo que compartilha saberes, práticas e valores comuns. Este trabalho é fruto de uma pesquisa de doutorado que teve como tema o feminino camponês na região Norte de Minas Gerais, portanto, este espaço é palco privilegiado das reflexões realizadas.

Palavras-Chave: Campesinato. Agricultura familiar. Povos tradicionais. Resistência. Visibilidade política.

ABSTRACT

In this article, I aimed to understand how the concept of peasantry is politically used and reinterpreted over time in Brazil. So, I conducted a review of studies from different areas of the social sciences on this way of life from the 1970s, I sought to understand the ways in which they reproduce the peasantry the fundamental spheres in this category. Then based my research on the most recent studies that link the new political categories that come up, bringing with it new discourses, they are: family farming and peoples, peoples or traditional communities. The discussions point for the permanence of peasant societies in the contemporary world. While creating social reproduction strategies, they are strengthened in the field of political struggles and remain reproducing ways of life based on reciprocity and inter-knowledge; they recognize themselves as belonging to a group that shares knowledge, practices and values.

Keywords: Peasantry, family farming, traditional peoples, political visibility.

INTRODUÇÃO

Marcado pela existência de latifúndios desde o período de povoamento colonial, o Brasil ostenta profundas cicatrizes que revelam a formação das estratificações sociais hierarquicamente produzidas que se perpetuam no espaço rural na atualidade. Principalmente nas regiões que serviram como suporte para as *plantations* açucareiras - destacadamente o litoral nordestino - e nas que serviram para auxiliar essas atividades fornecendo-lhes produtos necessários à sua manutenção - as áreas interioranas, denominadas “sertão” em oposição ao litoral - o latifúndio foi o modelo de organização adotado pelo Estado por meio da doação de grandes extensões territoriais.

Em decorrência das mudanças relacionadas a interesses econômicos, a partir da década de 1940, com o início da modernização econômica e industrial comandada pelo estado de São Paulo, este arranjo inicial deixou de ser atraente para os grandes proprietários sertanejos. Eles passaram a investir nas áreas diversificadas da moderna economia nascente. Assim, um novo ciclo de organização foi marcado pela expropriação e expulsão das populações camponesas das terras habitadas ancestralmente, ou do seu encurralamento em territórios mínimos que não garantem a possibilidade de sua reprodução social.

Esse processo gerou profundas transformações nos arranjos locais relacionadas ao esvaziamento do campo e acentuou-se sobremaneira a partir dos anos de 1970, impulsionado pelas políticas da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), acarretando a rápida urbanização e favelização regional.

A partir das transformações ocorridas, surge no cenário regional novos grupos que se juntaram a essas populações em busca de seu fortalecimento, fenômeno este que ocorreu de forma difusa em todo o país em reflexo à tendência global de dar visibilidade às minorias e excluídos pelas contradições socioeconômicas impulsionadas pelo capitalismo.

São duas as categorias que surgem no cenário político brasileiro a partir das transformações históricas anteriormente relatadas, que (re)interpretam o camponês de duas formas: a) São apontados como “agricultores familiares” os sujeitos trabalhadores do e no campo. Ideologias forjadas pelo discurso do desenvolvimento que o Estado produz ao gerar o nascimento desta nova categoria “sem passado”. b) como uma classe que se forma, se organiza e se reproduz a partir das características étnico-territoriais. São sujeitos da história que se fazem presentes nas reivindicações políticas atuais sobre o direito de permanência do modo de vida camponês. São elas as populações ou “povos tradicionais” que se encontram espalhadas por todo o território brasileiro.

Em síntese, a partir do final do século passado surgem duas correntes antagônicas que se confrontam politicamente: de um lado são compreendidos como “agricultores familiares” os moradores do campo. Este discurso impinge a visão do Estado de um campo modernizado, o uso de tecnologias e a relação concorrencial em detrimento da relação moral.

De outro, as parcerias entre instituições não governamentais e populações camponesas. Através dessas alianças e das estratégias adotadas, essas populações incorporam o fenômeno territorial sobre seus direitos ancestrais. Assim, os camponeses assumem suas identidades territoriais e se fortalecem no confronto políticos com o Estado. Eles trazem a ancestralidade como bandeira, o território como identidade e mascaram a tradição como renovação, uma condição dialética de sua detença.

A reflexão proposta neste artigo propõe discutir as categorias que surgem no cenário rural político brasileiro a partir do final da segunda metade do século XX¹. Parti da reflexão sobre este modo de vida e a pertinência do debate sobre a sua existência tanto como expressão de um segmento da sociedade do país, quanto de uma categoria

conceitual que a compreende. Abordei também as diversas apropriações ou reinvenções conceituais realizadas hora para enfraquecer, hora para fortalecer as bases históricas que a sustentam, depende de quem o ator do discurso.

Para alcançar este objetivo realizei uma revisão de estudos que discutem o tema, abordando as formas como o campesinato se originou e se manifesta no Brasil, e como ele transforma e se adapta para permanecer se reproduzindo. Procurei desvendar as relações de reciprocidade existentes neste meio e as suas características fundantes, tanto aquelas consideradas tradicionais quanto as que foram incorporadas no processo de adaptação e de movimento dessa sociedade (SABOURIN, 2009). Busquei subsidiar-me em geógrafos, antropólogos e sociólogos que definem as novas categorias políticas que surgem trazendo consigo novos discursos, são eles: agricultura familiar e populações, povos ou comunidades tradicionais.

O que a primeira trás ao debate é a negação da permanência histórica de uma classe camponesa brasileira, ou a sua superação em decorrência da urgência do discurso da modernidade. A segunda não nega a permanência do campesinato: o ressignifica. A necessidade de se incorporar as especificidades locais relacionadas às questões territoriais que cultural e ancestralmente vinculam um povo ao ambiente que habita fortalecem as lutas que emergem no cenário político contemporâneo.

Na busca de interpretação deste modo de vida, alicerço-me em Marques, que define o campesinato como:

(...) um conjunto de práticas e valores que remetem a uma ordem moral que tem como valores nucleantes a família, o trabalho e a terra. Trata-se de um modo de vida tradicional, constituído a partir de relações pessoais e imediatas, estruturadas em torno da família e de vínculos de solidariedade, informados pela linguagem de parentesco, tendo como unidade social básica a comunidade (MARQUES, 2004, p. 145).

Esta mesma autora também afirma que é importante lembrar que mudança não é o oposto de tradição, ao contrário: é a sua outra face. A compreensão de que o modo de vida camponês permanece existindo apesar das mudanças ocorridas - visto que mudança (adaptação) é uma das estratégias de reprodução social desta sociedade - assinala as profundas transformações vivenciadas em consequência da introdução de novos sujeitos no espaço rural.

A compreensão das características deste modo de vida nos permite entender como esta parcela da população se organiza e se articula para permanecer reproduzindo-se enquanto camponesa, ao mesmo tempo à margem e dentro de um sistema que o subjuga. Portanto, após discorrer sobre a origem do campesinato brasileiro e de realizar uma discussão sobre as formas como este conceito é politicamente utilizado e reinterpretado ao longo do tempo no país, busco incorporar de forma breve um último elemento à esta reflexão por meio da discussão realizada por Ploeg (2008). Este autor define uma “condição camponesa”, baseada em estratégias econômicas permeadas por princípios de reciprocidade.

CAMPESINATO BRASILEIRO: ORIGENS E CARACTERÍSTICAS FUNDANTES

A questão sobre a existência do campesinato brasileiro suscita discussões nos mais variados campos das ciências sociais na atualidade. Alguns autores discordam que no Brasil ocorreu o desenvolvimento desta classe no país, Caio Prado Junior é um dos

teóricos que defendem que o país não passou pelos processos históricos de formação camponesa, passando da escravidão para o trabalho assalariado. Os agricultores pobres seriam interpretados como uma classe excluída do processo de desenvolvimento econômico do país. Contrariando a tese de Prado Jr. (1960), José de Souza Martins (1975) define a “existência de uma classe camponesa que corresponde aos agricultores excluídos do pacto político, os sem-vozes” (SABOURIN, 2009, p. 8).

Nas décadas finais do século XX e no início do século XXI, existe uma forte tendência de se explicar o termo campesinato como uma categoria política, deixando de ser compreendida como uma categoria social que incorpora o modo de vida da população rural brasileira. Assim, minimiza-se a relevância histórica da categoria campesinato nos estudos científicos - nas diversas formas de organização, de adaptação, de transformação e de resistência deste modo de vida.

Se o campesinato surgiu no Brasil como uma categoria política, foi e permanece sendo objeto nos estudos acadêmicos, e por isso, não deixa de ser também uma categoria científica à medida que é sujeito de sua investigação. De acordo com Sabourin (2009, p. 29), apesar de ser uma categoria que nasceu como uma reivindicação política, a existência de camponeses no Brasil existe não somente em termos de características políticas, mas também social e sociológica.

Foram e são produzidas teorias que tentam explicar, compreender e interpretar este modo de vida - das diversas formas em que se apresentam no país - que, apesar de tão antigo, se diferencia e é subordinado por um poder hegemônico. Sociedades, comunidades, populações, povos são estudadas para a compreensão do camponês enquanto sujeito que possui uma organização social, política, econômica e ecológica própria.

Ora, se no Brasil esta é uma categoria trazida de fora tardiamente, nova e de teor político, que “foi banido do vocabulário oficial após a repressão militar de 1964” Sabourin (2009), ou se não se desenvolveu no país, como já alertava Prado Jr (1960), como não falar de outras modalidades de organização econômicas que também nos foram impostas pelos povos de “*além mar*”?

Reelaboram-se novas categorias científicas que ressignificam o campesinato. E isso ocorre de duas formas: a) quando realizada pelo Estado, que procura introduzir uma nova categoria através de políticas públicas de financiamento, afirmando a existência de uma agricultura familiar. Com a produção da categoria “agricultor familiar”, nega-se, politicamente, a existência de uma classe camponesa brasileira e das lutas historicamente travadas por ela. b) quando esta categoria é ressignificada pelos próprios camponeses - e os movimentos sociais ligados a eles - que procuram se fortalecer. Em suas reivindicações políticas por direitos a conquistar, passam a se nomear de acordo com suas características identitárias vinculadas aos seus territórios.

Sem querer ater-me apenas às definições políticas, econômicas ou científicas do campesinato, procuro abarcar o que ele representa no conjunto: política, econômica e culturalmente reproduzidor de modos de vidas que convergem e se complementam no interior deles mesmos, e em interação com as sociedades envolvidas.

Podemos apontar ao menos três formas através das quais se originou o campesinato brasileiro: a) proveniente de antigas zonas agroexportadoras, como as áreas de antigos engenhos de cana-de-açúcar, algodozeiras e cafeeiras - quando se formaram arranjos entre proprietários e foreiros, colonos ou arrendatários, trabalhadores camponeses que moram no interior da propriedade - e se originam núcleos camponeses nos arredores destas propriedades, em “*terras livres*”²; b) o denominado campesinato de fronteira, que consistiu na implantação de núcleos camponeses que garantiram o

povoamento de áreas distantes, muitas vezes ligados à expulsão de povos indígenas, como relata Godói (1999); e c) o campesinato que mais se aproxima do modelo europeu, que ocorreu no sul do país, em consequência do incentivo, por meio de doação de terras pelo Estado Imperial, a imigrantes assentados em colônias. Neste estudo, atendo-me às duas primeiras formas mencionadas, aproximando o enfoque às formas ocorridas no Norte de Minas Gerais, espaço da pesquisa de doutoramento da qual esta reflexão é parte (CUNHA, 2013).

Segundo Costa (1997), no período de instalação das grandes fazendas de gado no Norte de Minas, os núcleos camponeses passaram a se formar em seu entorno, e surgiram, a partir daí, relações de complementaridade e de compadrio que explicam as formas de dominação que se estabeleceram.

Este autor entende que os núcleos camponeses formaram-se em decorrência do sistema escravista. Mais afastados das atividades agroexportadoras, povos fugitivos da escravidão formavam grupamentos camponeses em áreas de difícil acesso, para poderem constituir seus espaços de liberdade.

O isolamento foi aos poucos se desfazendo, devido ao povoamento das áreas interioranas com a instalação de grandes fazendas de criação de gado. Esta atividade foi primeiramente impulsionada pelas necessidades das regiões de *plantations* de abastecimento de produtos alimentícios e de animais de carga, seguida pelas demandas de abastecimento originadas das regiões palco dos ciclos de mineração³.

Os fazendeiros utilizaram, como trabalhadores, a mão-de-obra escrava e a liberta. Nos arredores das grandes fazendas estabeleceram-se núcleos camponeses (COSTA, 1997), de populações negras originárias das grandes *plantations*.

Outro marco importante de distribuição da população camponesa no país ocorreu a partir do ciclo migratório nordestino no século XIX, que se prolongou até início do século XX⁴. Esta migração relaciona-se à grande seca ocorrida entre 1877 e 1880, que acarretou a saída da população camponesa da região em busca de melhores condições de vida. Prado Junior afirma que este fato gerou o despovoamento do interior nordestino do Ceará até a Bahia (1973, p.78). A região Norte de Minas Gerais era rota de passagem para estas populações retirantes que se destinavam, principalmente, a São Paulo. Muitas delas, porém, acabaram por fixarem-se na região e formaram núcleos camponeses.

Paula relata que as migrações ocorriam através do rio São Francisco e da “estrada Baiana”, que ligava os estados de Pernambuco, Bahia e Minas Gerais. Segundo a autora, “Nas últimas décadas do século XIX e na primeira metade do século XX foram muitas as levas de ‘flagelados da seca’ pelos vapores” (PAULA, 2009, p. 110).

Esta população retirante foi uma das grandes responsáveis pelo surgimento de núcleos camponeses no Sul da Bahia, na região amazônica e nos estados de São Paulo e Minas Gerais. Em busca de terras ainda libertas, instalaram-se em regiões distantes das de suas origens.

É possível afirmar, portanto, que a distribuição das populações camponesas originárias entremeia as duas modalidades citadas na introdução desta seção: a) a partir da migração da população das antigas áreas de *plantations*, e; b) da existência de “terras livres”, quando passaram a povoar áreas de fronteiras, ou seja, ainda despovoadas.

Em cada parte do país, segundo o processo histórico de povoamento e exploração, formas diversificadas se efetivaram. Desenvolvendo uma agricultura de subsistência, de excedente na concepção de Martins (1975), ou de aprovisionamento⁵, na compreensão de Sahlins (1970), estes grupos elaboraram e elaboram modos de vida que se manifestam por meio dos valores morais e códigos locais que regiam e regem as

suas vidas em relação à organização do trabalho, da vida familiar e do grupo comunitário.

Este constante movimento camponês reflete a sua capacidade de adaptação como forma de resistência para permanecer reproduzindo o seu modo de vida. Contudo, permanece, ao longo de sua trajetória, organizando as suas vidas estabelecendo relações dos homens entre si e com as coisas a partir de uma ética camponesa, constitutiva de uma ordem moral (WOORTMANN, 1990) na elaboração de estratégias de sua reprodução social. Sua compreensão remete às relações e aos valores que permeiam terra, trabalho e família.

Moreira (1985) relata que na sociedade capitalista o homem sempre trabalha com e na natureza, mas sempre em busca da produção mercantil. Esta relação entre sociedade e natureza ocorre no processo do trabalho, quando o operário extrai o minério da rocha, produz o tecido a partir do algodão ou manuseia a máquina etc. Sendo este um processo alienado, o homem se reproduz e reproduz o capital em consequência da estranheza de sua essência natural.

Nas sociedades camponesas a relação sociedade natureza ocorre de forma inversa, dado que a natureza é considerada um dom, envolvendo relações com o sagrado. A retribuição de uma dádiva - como a chuva que favorece a colheita - ocorre nas orações, nos ritos e nas festas realizadas em agradecimento a uma divindade. Em seus estudos na Zona da Mata Pernambucana, Herédia (1979) relata a relação existente entre a festa de São José, em março - que coincide com o início do plantio de certos produtos - e a festa de São João, em junho - que ocorre no período da colheita.

Na verdade, as duas celebrações apresentam um caráter diferente. A festa dedicada a São José possui um caráter de prece e durante sua preparação há nove dias de rezas (novena), que culminam com os festejos de 19 de março, dia em que se realiza uma missa e posteriormente uma procissão. O caráter que assume a comemoração sugere que estes festejos estejam ligados à necessidade de assegurar um bom ano agrícola e que o santo ajude dando início ao inverno. Por outro lado, a festa dedicada a São João reveste-se de um caráter jubiloso. Nesse dia, acendem-se fogueiras em volta das quais realizam-se danças e brincadeiras, agradecendo-se através do outro santo o sucesso do ano agrícola (HERÉDIA, 1979, p. 54).

Essas populações se relacionam com o meio compreendendo-o como um ser vivo que permite a sua reprodução. Intermediado por uma divindade, o ambiente proporciona a dádiva da colheita que é retribuída através da festa em agradecimento ao santo. Nestas festas, as relações de amizade e os laços sociais se solidificam; laços estes que garantem as trocas afetivas nas diversas esferas da vida cotidiana: no amparo a um vizinho ou parente doente, a uma mulher em trabalho de parto, na troca entre vizinhos, na doação de algum alimento. Todos estes gestos envolvem a reciprocidade: um constante dar, receber e retribuir, que nos retorna às idéias de Mauss (1974).

Outro exemplo que podemos apontar sobre a reprodução deste modo de vida remete às esferas simbólicas que envolvem o trabalho camponês a as formas como se manifestam as relações de reciprocidade nestas sociedades, é o mutirão. O mutirão é um acontecimento que se materializa através da união de um grupo de camponeses na ajuda a um vizinho que se encontra impossibilitado de executar em tempo todas as atividades necessárias para a produção agrícola, que garantam uma boa colheita.

Unem-se para ajudar com o trabalho um vizinho na derrubada da mata, na roçada, plantio, limpa, colheita, malhação, construção de casa (CÂNDIDO, 1975, p. 68). Esta prática fortalece vínculos sociais, e geralmente é finalizada com uma festa

onde se comemora o dia de trabalho em conjunto, celebrando com ritos, músicas, danças e preces, a realização de uma tarefa oferecida espontaneamente.

Entendido por Cândido (1975) como ato solidário, o mutirão envolve práticas que, ao mesmo tempo em que são ofertadas, aquele que a recebeu se sente moralmente devedor. O mutirão envolve, portanto, as três esferas da dádiva descritas por Mauss: dar, receber, retribuir, ou as esferas da reciprocidade⁶. Pois, considerado uma ajuda por aqueles que o fazem, ele é também considerado uma obrigação moral de retribuir por aquele que o recebe.

Brandão descreve um tipo de mutirão que ocorre em Goiás, a *traição*, que se diferencia do mutirão devido ao caráter de surpresa em que realiza:

Quando parentes e vizinhos tomavam conhecimento de que um sitiante das redondezas necessitava da ajuda de outros braços além dos de sua família para realizar um trabalho, em geral, atrasado (a limpa de um pasto, o preparo de um terreno para o plantio), era costume que, em segredo, saíssem convidando outros parceiros de trabalho da comunidade para um mutirão (BRANDÃO, 2009, p. 42).

Segundo Godbout (1998, p. 4), a “verdadeira” dádiva é um gesto socialmente espontâneo, um movimento impossível de captar, uma obrigação que o doador dá a si mesmo; uma obrigação interna, imanente. Ao contrário da liberdade alcançada a partir da “ausência da dívida” que se traduz na ausência dos laços sociais nas sociedades neoliberais.

Sabourin (2009) afirma que nas sociedades de reciprocidade, a necessidade de produzir é motivada pela necessidade de doar, processo este que envolve a transmissão do saber e as formas de manejo dos recursos⁷. No interior desses grupos são forjadas as identidades locais que balizam a sua organização, os aspectos relacionados às práticas cotidianas de trabalho e as relações que estabelecem com os seus ancestrais e seus mitos na ritualização da vida.

São as especificidades existentes no interior de cada população permeando subjetividades, valores, ética, identidades e peculiaridades socioculturais vinculadas à construção histórica de seus territórios. Atualmente, essas populações são politicamente ressignificadas como agricultores familiares ou como populações tradicionais, como apontado a seguir.

AS RESSIGNIFICAÇÕES DO CAMPESINATO

Segundo Fernandes, para impedir a recriação do campesinato, o governo de Fernando Henrique Cardoso (entre 1995 e 2002) elaborou políticas que trouxeram e trazem para o plano econômico as questões sociais sobre o acesso à terra. No contexto político, este governo produziu uma nova ideologia sobre a importância da integração do mundo rural ao capital, naturalizando a subalternidade do primeiro ao segundo; para tanto “adotou nova tese e criou um ‘novo mundo rural’, onde a agricultura camponesa é metamorfoseada em agricultura familiar, procurando convencer os trabalhadores de que o mundo mudou e que a luta pela terra é coisa do passado” (FERNANDES, 2003, P. 14).

Esta nova ideologia⁸ busca apagar da memória dos trabalhadores do campo as lutas históricas que marcaram e permanecem marcando o campo brasileiro é aceitar a tentativa política forjada pelo Estado de enfraquecimento do campesinato. Como aponta Godoi et all,

O campesinato é um dos principais protagonistas da história da humanidade. Todavia, por numerosas vezes, em diversas situações, foram empreendidos esforços para apagá-lo da história. Esses

apagamentos ocorrem de tempos em tempos e de duas maneiras: pela execução de políticas para expropriá-lo de seus territórios e pela formulação de teorias para excluí-lo da história, atribuindo-lhe outros nomes a fim de regular sua rebeldia (2009, p. 20. Prefácio do livro assinado pela Via Campesina).

Um passado de lutas e de resistências que ocorreram em tempos e em espaços diversos no Brasil. Como atesta Oliveira (2001, p. 190), Canudos, Contestado, Trombas e Formoso são histórias que eclodiram no país de lutas camponesas por terras libertas. São “memórias da capacidade de resistência e de construção social desses expropriados na busca por uma parcela do território e da capacidade destruidora do capital, dos capitalistas e de seus governos repressores”.

Outra reflexão sobre este tema remete aos termos campesinato e populações tradicionais. Os estudos realizados pelas ciências sociais sobre o campesinato o caracterizam como uma sociedade que mantém uma autonomia relativa, que regula a organização de seu tempo-espaço e de sua produção. Diversamente, a categoria “população tradicional” é uma categoria de apelo identitário, pois remete às populações que se traduzem como camponesas, acrescida, nesta concepção, a compreensão da diversidade cultural existente entre estas populações. São as identidades territoriais, compreendidas como formas de organização local. Organização que se constitui, se manifesta e se reproduz por meio de uma cultura vinculada ao seu meio biofísico. São identidades territoriais as gentes das veredas, caatingueiras e chapadeiras do sertão nordestino, assim como os caiçaras do litoral Sudeste e os povos ribeirinhos da Amazônia.

São designadas novas categorias para que se possa ter uma melhor compreensão das formas diversas com que se apresentam as populações camponesas, com o intuito de alcançar maior poder político de atuação e resistência junto ao mundo exterior. Mas de formas diversas esta é uma característica do próprio campesinato, que se transforma e se adapta para continuar se reproduzindo. Afirmando, portanto, que a diferença entre as duas categorias - campesinato e populações tradicionais - é que a segunda aponta as identidades territoriais vinculadas à diversidade do mundo rural brasileiro.

Carvalho (2005) atribui uma outra compreensão ao termo “povos ou populações tradicionais”. Segundo o autor, esta é uma categoria política que surge para fortalecer as lutas travadas por populações anteriormente invisibilizadas e desamparadas pelo Estado.

As novas denominações que designam os movimentos e que espelham um conjunto de práticas organizativas, traduz transformações políticas mais profundas na capacidade de mobilização destes grupos face ao poder do Estado e em defesa de seus territórios.

(...)

Está-se diante do reconhecimento de direitos até então contestados, e de uma certa reverência dos poderes políticos às práticas extrativas do que chama de “populações tradicionais”. Os conhecimentos “nativos” sobre a natureza adquirem legitimidade política e sua racionalidade econômica não é mais contestada, no momento atual, com o mesmo vigor de antes (Idem, p. 86).

Esta categoria e os novos termos que surgem com ela – como povos da floresta, caiçaras, cerradeiros – nasce, portanto, das reivindicações locais dos direitos coletivos. Ela seria, então, uma “nova estratégia dos movimentos sociais no campo, ao designar os sujeitos da ação (...)” (CARVALHO, 2005, p. 87).

Porém, a categoria povos ou populações tradicionais, ao ser analisada e interpretada de acordo com padrões científicos que se estabelecem nos estudos atuais, e

de acordo com a corrente teórica escolhida por cada pesquisador, passa a ser também uma categoria científica. Como afirma Milton Santos “não seria a ciência, tal como propôs Neil Postman uma forma de contar histórias?” (Apud. BRANDÃO, 2006 p. 11). Sendo assim, creio ser a ciência uma forma de comprovar ou demonstrar cientificamente algo que é pensado e elaborado no interior de uma cultura, ou seja, revestida de uma ideologia de quem a faz, portanto ela mesma, uma categoria política.

Encerrando a lista de autores e de reflexões que trago para a discussão proposta neste artigo, suscito a interpretação realizada por Ploeg (2008) sobre as estratégias econômicas de reprodução camponesa. Este autor aponta que se alteram as formas de produção, mas não as relações sociais que envolvem a produção camponesa - que atualmente estabelece relações mais estreitas com o mercado, envolvendo adequações para atender à sua demanda, como o uso mais intensivo de tecnologias.

Para manterem seus modos de vida, passam a atender as exigências externas de produção. A maior disponibilidade técnica - máquinas e insumos - possibilita o aumento da produção e o agregar valores aos produtos agrícolas, permitindo maior força de negociação perante o mercado.

As características apontadas por Ploeg assinalam as formas como se organizam estas sociedades para se adequarem às leis do mercado atual⁹, ao mesmo tempo em que mantém suas características fundantes, que se contrapõem às relações capitalistas de produção, o que o autor denomina como “condição camponesa”.

A condição camponesa consiste em um conjunto de relações dialéticas entre o ambiente hostil em que os camponeses têm de agir e suas respostas ativamente construídas, as quais visam criar graus de autonomia para enfrentar as relações de dependência, as privações e a marginalização implícitas nesse ambiente (PLOEG, 2008, p. 285).

Ploeg busca mostrar que, mesmo produzindo para o mercado que objetiva o lucro, a agricultura familiar camponesa objetiva a renda. Neste sentido, a renda é entendida como aquela que possibilita tanto o investimento em melhorias ou a compra da terra, como de produtos necessários para a sua sobrevivência e para a produção agrícola¹⁰.

Em síntese, os estudos realizados por este autor confirmam e trazem à tona a importância e a atualidade do campesinato, tanto como um modo de vida que se reproduz por meio de adequações e adaptações ao meio envolvente, quanto conceito chave para a sua interpretação como classe sociopolítica brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das leituras realizadas, afirmo que o movimento espaço-temporal das sociedades envolventes (capitalistas) remodela as configurações atuais do campesinato, porém, as suas características fundantes permanecem se reproduzindo.

As sociedades camponesas brasileiras reproduzem modos de vida baseados na reciprocidade e no interconhecimento. Essas populações se reconhecem como pertencentes a um grupo, através de uma identidade coletiva que compartilha saberes, práticas e valores que a constituem. São características que sempre fizeram parte do modo de vida camponês e que persistem apesar das mudanças relacionadas às múltiplas formas como cada grupo se adapta para se relacionar com o mercado e a sociedade que o circunda.

Outra forma de compreender a permanência do campesinato é perceber que a adesão às práticas modernas não significa a ruptura dos laços de solidariedade e da

organização do trabalho familiar, mas uma adaptação, uma “condição camponesa” que possibilita a sua reprodução num ambiente complexo e um meio desfavorável.

O que se observa nas reflexões realizadas na contemporaneidade, e também na prática de campo com os atores estudados, é que há a adoção tanto de uma, quanto de outra das identidades adotadas. Depende do front de luta em que se deparam para enfrentarem o Estado. São “agricultores familiares” nos diálogos que estabelecem a fim de angariarem recursos financeiros para desenvolverem suas atividades, assim como são “populações tradicionais” nas lutas que travam para a conquista de seus direitos sobre os territórios que habitam ancestralmente.

Essas formas de conduta e ação são estratégias adotadas pelas populações camponesas para conquistarem a condição e a possibilidade de permanecerem reproduzindo seu modo de vida baseado em relações de reciprocidade.

¹ Parte da discussão deste artigo foi realizada na tese de doutorado da autora (CUNHA, 2013).

² O termo terras livres está entre aspas devido à sua apropriação ocorrer por meio do apossamento e não da apropriação privada (propriedade). Segundo Godói, após a abolição das sesmarias as posses passam a abranger extensas fazendas, por isso, juridicamente este termo não significa a apropriação de terras apenas por pequenos agricultores, visto que este modo de apropriação foi também utilizado para a demarcação de extensas áreas pelos empreendedores capitalistas (1999, p. 47). A posse não garantiu a todos o direito à terra, principalmente aos pequenos agricultores. Em momentos históricos do país, quando o Estado garantiu o direito privado do capital à terra, dentre eles os que também se apossaram dela, houve a expulsão de grande parcela dos camponeses posseiros que viviam em “terras livres”.

³ É relevante apontar que a mineração também se configura como outro fator de povoamento camponês no Norte de Minas. Com destaque o Jequitinhonha, mas também o Jequitaiá, estes são rios que fizeram parte do ciclo da mineração. Alguns dos povoados que surgiram nesta época tornaram-se cidades (como Grão Mogol e Jequitaiá), outros desapareceram e outros permanecem povoados.

⁴ Este não foi o único ciclo migratório dos povos nordestinos. Devido às secas que assolam o Nordeste brasileiro e ao processo de expropriação camponesa ao longo da história da região e do país, há um ciclo contínuo de migrações que são identificados pelos relatos de autores, entre eles, Prado Junior (1960, 1973) e Silva (2000).

⁵ Segundo Godói (1999, p. 51) o termo “agricultura de subsistência” vem acompanhada de uma concepção equivocada que comporta o binômio trabalho contínuo-sobrevivência, por isto ela prefere a concepção elaborada por Sahlins (1970) “economia de provisionamento”, compreendendo o “costumeiro estoque de bens, tem seus limites na produção e não possui propensão inerente para um trabalho contínuo. A opção levantada por Martins (1975), “agricultura de excedente” vai de encontro à concepção dada por Sahlins.

⁶ No sentido dado por Lévi-Strauss (1948).

⁷ Podemos observar este fato também na forma como ocorre nestas sociedades a apropriação dos recursos naturais nos territórios coletivos. Seu manejo - envolvendo regras de uso - garante a possibilidade de acesso comum dos bens coletivos.

⁸ No sentido dado por Marilena Chauí, 2007.

⁹ Algo que caracteriza este momento envolve um oscilar constante entre a relação dádiva/dívida e dívida/dádiva nestas sociedades, ou o princípio da reciprocidade que permeia suas vidas. Tensões típicas da modernização capitalista do campo.

¹⁰ Ao contrário da renda camponesa da terra, Oliveira (2007, p. 43) esclarece que a renda capitalista da terra é um lucro extraordinário e permanente do capital na agricultura. É extraordinário porque é a fração apropriada pelo capitalista acima do lucro médio, e é permanente porque é produto do trabalho excedente, portanto, mais-valia.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O Trabalho como festa: algumas imagens e palavras sobre o trabalho camponês acompanhado de canto e festa. In. GODOI, Emília Pietrafesa; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo. **Diversidade do Campesinato: expressões e categorias: Construções identitárias e sociabilidades**. São Paulo: UNESP, 2009. v.1. (História social do campesinato brasileiro).

_____. **Tempo e Espaço na Comunidade Rural**: a visita de um antropólogo a Geografia. Anais do II Encontro de Grupos de Pesquisa-Agricultura e Desenvolvimento Regional e Transformações Sociespaciais, Uberlândia. Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, 2006. CD-ROM.

CÂNDIDO, Antônio. **Os Parceiros do Rio Bonito**: Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 3ª. Ed. São Paulo: Duas Livrarias, 1975.

CARVALHO, Horácio Martins de. **O Campesinato no Século XXI**: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2005.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e Democracia**: o discurso competente e outras falas. 12ª.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

COSTA, João Batista de Almeida. Cultura Sertaneja: a conjugação de lógicas diferenciadas. In. SANTOS, Gilmar Ribeiro dos (org.). **Trabalho, Cultura e Sociedade no Norte/Nordeste de Minas**. Montes Claros: Best, 1997.

CUNHA, Maria das Graças Campolina. **Gameleira, Sertão Norte de Minas Gerais**: um olhar feminino sobre o feminino camponês. Uberlândia: PPG-IG/UFU, 2009. Tese de doutorado. 314 f.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Espaços Agrários de Inclusão e Exclusão Social: novas configurações do campo brasileiro. **Currículo sem Fronteiras**. V. 3, n.1, p.11-27, Jan/Jun 2003.

_____. **Questão Agrária, Pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.

GODOI, J.T. Introdução à Dádiva. **Rev. bras. Ci. Soc.** [online]. 1998, vol.13, n.38, pp. 39-52. ISSN 0102-6909. doi: 10.1590/S0102-69091998000300002.

GODOI, Emília Pietrafesa de. **O Trabalho da Memória**: cotidiano e história no sertão de Piauí. Campinas: Unicamp, 1999.

GODOI, Emília Pietrafesa; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo. **Diversidade do Campesinato: expressões e categorias: Construções identitárias e sociabilidades**. São Paulo: UNESP, 2009. v.1. (História social do campesinato brasileiro).

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. **A Morada da Vida**: Trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A Atualidade do uso do Conceito de Camponês**. Anais do XIII Encontro Nacional de Geógrafos, João Pessoa. AGB, 2002. CD-ROM.

_____. Lugar do Modo de Vida Tradicional na Modernidade. In. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros (orgs.). **O Campo no Século XXI**: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004. (p. 145-158).

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e Tradicionalismo**: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a Dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In. _____ **Sociologia e Antropologia**. v. II. São Paulo: Edusp, 1974.

MEYER, Doris Rinaldi. **A Terra do Santo e o Mundo dos Engenhos**: Estudo de uma Comunidade Rural Nordestina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MOREIRA, Ruy. **O Que é Geografia**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A Longa Marcha do Camponato Brasileiro: Movimentos Sociais, Conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**, N^o. 15 (43), 2001.

PAULA, Andréa Maria Narciso Rocha de. **Travessias**: movimentos migratórios em comunidades rurais no sertão do norte de Minas Gerais. Uberlândia: PPG-IG/UFU, 2009. Tese de doutorado. 350 f.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e Impérios Alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Trad. Rita Pereira. Porto Alegre: UFRGS, 2008. 372 p.

PRADO JUNIOR, Caio. A Questão Agrária no Brasil. In. **Revista Brasiliense**, n^o.28, 1960.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil**: entre a troca mercantil e a reciprocidade. Trad. Leonardo Milani. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SAHLINS, Marshall. **Cultura e Razão Prática**. Trad. Sérgio Tadeu de Niemayer Lamarão. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

WOORTMANN, Klaas. 1990. "*Com parente não se neguceia*": o camponato como ordem moral. **Anuário Antropológico**, Brasília/Rio de Janeiro, EDUNB/Tempo Brasileiro, n. 87, p. 11-73, 1990.

Recebido para publicação em 10 de julho 2016
Aceito para publicação em 20 de novembro de 2016